



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

January 2021 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Que este ano traga mais previsibilidade, paz e alegria

Que este ano traga mais previsibilidade, paz e alegria

Caras leitoras, caros leitores,

Embora o início de 2021 continue marcado pela COVID-19, pelo confinamento e pelo impacto da pandemia no mercado de trabalho, a vacina veio trazer a esperança de um futuro melhor. Este ano a missão é garantir doses da vacina para todos e convencer a população a vacinar-se. À medida que se avança nesta missão, a tónica será cada vez maior na recuperação e na configuração de uma Europa pós-COVID-19.

Portugal, que assumiu a Presidência do Conselho da UE em 1 de janeiro, está claramente a adotar esta abordagem mais ampla e virada para o futuro. As prioridades de Lisboa centram-se na luta contra a crise económica e contra o seu impacto nos cidadãos através de uma recuperação justa, ecológica e digital.

O CESE acolhe favoravelmente estas prioridades e contribuirá para que se passe das palavras à ação, elaborando os pareceres exploratórios solicitados pela Presidência portuguesa. Abordaremos o tema do teletrabalho, nomeadamente na perspetiva da igualdade de género. Os nossos membros trabalharão também em pareceres sobre a formação profissional e sobre os desafios que se colocam ao espaço ferroviário europeu único.

«O papel da economia social na criação de emprego e na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais» é o tema de outro parecer solicitado pela Presidência portuguesa. Ainda no domínio dos assuntos sociais, são grandes as expectativas que tenho em relação à Cimeira Social da UE informal, agendada para maio de 2021, no Porto. O CESE está disposto a continuar a participar na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Seguramente, prosseguiremos o nosso trabalho no que diz respeito à dupla transição digital e ecológica – duas grandes megatendências cruciais para moldar o futuro da UE. Tal como sublinhei nas prioridades da minha Presidência, temos de garantir que a UE em geral e os seus cidadãos em particular colhem os benefícios destas transições.

2021 é o primeiro ano do novo orçamento de longo prazo da UE e o momento em que serão disponibilizados os recursos excecionais disponíveis ao abrigo do instrumento de recuperação Next Generation EU. O CESE pretende acompanhar a sua aplicação a nível nacional. Os conhecimentos especializados dos nossos membros no terreno podem ajudar a identificar os estrangulamentos na disponibilização dos fundos e a avaliar o impacto destes recursos sem precedentes na recuperação. O acesso rápido ao financiamento continua a ser extremamente importante.

Infelizmente, ainda não foi tomada nenhuma decisão sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. Espero que o debate interinstitucional sobre esta questão seja concluído em breve, para que possamos começar a trabalhar no contributo da sociedade civil organizada para a conferência.

Por último, mas não menos importante, continuaremos a reconstruir a imagem da nossa instituição. Tal como prometido no início da minha Presidência, estamos a trabalhar para reforçar as normas éticas e a transparência através de um código de conduta aperfeiçoado.

Espero que desfrutem da leitura deste boletim e desejo a todas e a todos um feliz 2021! Que este ano nos traga mais previsibilidade, paz e alegria

Christa Schweng

Presidente do CESE

AGENDA

24 e 25 de fevereiro de 2021, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

18 e 19 de março de 2021, Bruxelas

A tua Europa, a tua voz 2021

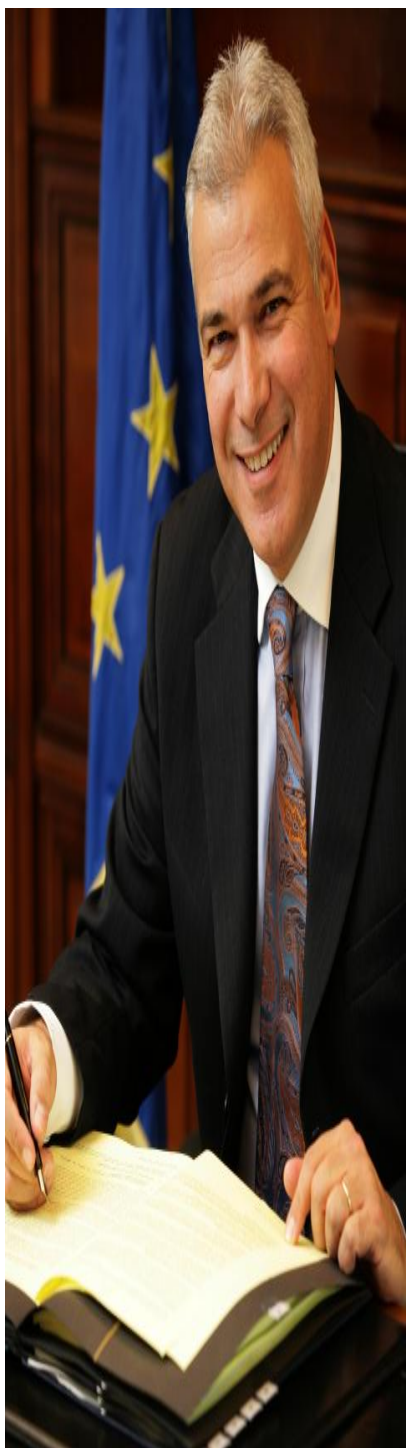
«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão de atualidade que nos pareça particularmente pertinente.

Solicitámos a Dimitris Dimitriadis, presidente da Secção das Relações Externas, que partilhasse, com os leitores do CESE Info, a sua opinião sobre as eleições norte-americanas.



Rumo a uma parceria forte entre a UE e os EUA

Por Dimitris Dimitriadis, presidente da Secção das Relações Externas

A Nova Agenda Transatlântica está agora no centro da agenda política de todas as instituições europeias. O nosso Comité, em particular através da Secção das Relações Externas, está em perfeita sintonia com esta iniciativa, tal como demonstrado na reunião recente do nosso Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas, em que participaram personalidades proeminentes que salientaram a importância de um diálogo robusto e sólido com a sociedade civil, bem como na declaração da presidente do CESE e na minha posição sobre as eleições dos EUA de 2020, manifestando a esperança de uma parceria forte para enfrentar os desafios mundiais.

A União Europeia **e os Estados Unidos são e continuarão a ser parceiros fortes e aliados**, e será um prazer retomar o diálogo produtivo e frutífero sobre todas as questões que ficaram pendentes durante a administração anterior.

Assim, subscrevo os domínios identificados para uma potencial cooperação reforçada (colaborar em prol de um mundo mais saudável, superando a COVID-19 e não só; cooperar para proteger o nosso planeta e a prosperidade; cooperar no domínio da tecnologia, do comércio e das normas; e, por último, mas não menos importante, trabalhar em conjunto para um mundo mais seguro, mais próspero e mais democrático) e creio que um diálogo forte com a sociedade civil e as relações interpessoais têm um papel crucial a desempenhar na consecução desses objetivos. Os objetivos referidos contemplam, obviamente, os princípios do multilateralismo e as estruturas internacionais que ajudámos a construir em conjunto.

O nosso Comité, enquanto representante das organizações da sociedade civil europeia, e, em particular, o presidente do Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas, Christian Moos, e eu próprio, na qualidade de presidente da Secção das Relações Externas,

continuamos empenhados e determinados em reforçar as pontes sobre o Atlântico.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



A convidada surpresa

Todos os meses, descubra o nosso convidado ou a nossa convidada surpresa. Será uma personalidade conhecida da atualidade europeia que nos apresentará a sua visão do mundo como uma lufada de ar fresco, abrindo os nossos horizontes, inspirando a nossa imaginação e permitindo-nos atualizar os nossos conhecimentos.

A nossa convidada surpresa é a prof. **Danuta Hübner**, deputada ao Parlamento Europeu. Na sua carreira profissional muito rica prevalecem os assuntos internacionais e europeus.

Na Polónia, ficou conhecida por «Sr.^a Europa» porque foi uma das pessoas mais importantes para a adesão da Polónia à União Europeia. De 2001 a 2004, foi ministra dos Assuntos Europeus. Em 2004, tornou-se a primeira comissária europeia da Polónia, responsável primeiro pelo

Comércio Internacional e depois pela Política Regional nos mandatos de Romano Prodi e José Manuel Barroso (2004-2009).

Depois de obter assento no Parlamento Europeu (PE) nas eleições de 2009, tornou-se membro do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), presidindo a Comissão do Desenvolvimento Regional. Após a sua reeleição para o PE em 2014, presidiu a Comissão dos Assuntos Constitucionais.

Reeleita para um terceiro mandato em 2019, é membro da Comissão do Comércio Internacional, da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Comissão dos Assuntos Constitucionais, onde é a coordenadora do PPE. É membro também do Grupo Diretor do PE sobre o Brexit e preside atualmente o Grupo de Acompanhamento para a aplicação do Acordo de Saída.



A prof. Danuta Hübner, nossa convidada-surpresa, partilha a sua opinião sobre o Brexit com os nossos leitores e as nossas leitoras

Em 23 de junho de 2016 realizou-se um referendo consultivo que perguntou aos cidadãos do Reino Unido se queriam que o seu país deixasse a União Europeia. Por uma muito pequena maioria, os britânicos votaram a favor da saída da UE. O resultado variou muito de uma região para outra: na Escócia, na Irlanda do Norte e em Londres, os eleitores optaram por não sair da UE. Contudo, o referendo foi acompanhado pelo firme empenho do Governo britânico em dar seguimento ao Brexit. Em primeiro lugar, em 1 de fevereiro de 2020, entrou em vigor o Acordo de Saída, o qual previa um período de transição de 11 meses, proporcionando segurança jurídica a todas as pessoas afetadas. Em seguida, em 1 de janeiro de 2021, quando entrou em vigor o acordo relativo à relação futura, o Reino Unido tornou-se oficialmente um país terceiro.

O acordo de comércio e cooperação entre a UE e o Reino Unido é um acordo sem precedentes a muitos níveis. O seu elemento mais importante é a diminuição significativa das relações entre o Reino Unido e a UE, que vinham sendo aprofundadas em conjunto há mais de 45 anos.

Uma grande economia optou por sair de uma zona comercial preferencial, um mercado único sem fronteiras de 450 milhões de pessoas e a maior e mais influente entidade regulamentar e de normalização do mundo.

Fê-lo numa altura em que o mundo passará claramente a ser dominado por três grandes potências, os EUA, a UE e a China, e em que uma pandemia mundial exige solidariedade e cooperação. A saída do Reino Unido deveu-se à vontade política de retomar o controlo e a uma interpretação assaz tradicionalista do conceito de «soberania».

A negociação do acordo foi um processo doloroso e difícil, marcado pela incerteza, que nos manteve à beira da ausência de acordo até ao último minuto do período de transição. Ainda assim, a Comissão Europeia conseguiu manter vivas as negociações o tempo suficiente para chegar a uma fase em que o acordo se tornou viável. Felizmente, o Governo britânico não invocou o argumento da soberania como desculpa para a calamidade que teria sido a ausência de acordo.

A ausência de acordo nunca foi uma opção para a UE. Também tínhamos consciência de que um acordo ténue é melhor do que não ter um acordo. Em qualquer dos casos, com ou sem acordo, haverá distorções e custos a pagar pelo público em geral e pelas empresas de ambos os lados do Canal da Mancha.

Com o Reino Unido como país terceiro, nem as medidas de preparação mais eficazes poderão proteger-nos contra todas as consequências do Brexit. A boa notícia é que todas as medidas previstas no Acordo de Saída quanto à fronteira irlandesa e aos direitos dos cidadãos foram aplicadas e se tornaram operacionais a tempo.

Vale a pena referir igualmente que o Parlamento Europeu demonstrou uma grande flexibilidade quanto ao seu direito de controlo democrático do futuro acordo e aceitou, dadas as circunstâncias excecionais, aprovar a sua aplicação provisória.

O Parlamento aceitou pagar este preço porque acreditamos que o acordo sobre a futura parceria nos permitirá manter abertas as negociações dos dois lados do Canal a longo prazo. É um preço que vale a pena pagar.

Ninguém sabe qual seria o resultado do referendo se fosse realizado hoje, numa altura em que os cidadãos britânicos em geral estão muito mais bem informados do que em 2016 sobre as repercussões de deixarem de ser cidadãos da União Europeia e em que o mundo que os rodeia mudou de forma tão dramática. O espírito do Brexit continua vivo no Reino Unido? Nunca o saberemos. Mas desejo o melhor para os nossos amigos britânicos.

A realidade dirá se todos estão preparados para a nova situação. Porá à prova o acordo que foi concluído. Porá à prova o valor da soberania britânica.

Ambas as partes consideram que temos um bom acordo. Mas as inevitáveis perturbações terão um custo. Os consumidores e as empresas pagarão a fatura da saída do Reino Unido do mercado único e da União Aduaneira. Os estudantes da UE que pretendam estudar no Reino Unido deixarão de beneficiar do estatuto dos estudantes nacionais. O Governo britânico não mostrou interesse em que o Reino Unido participe no programa de intercâmbio Erasmus.

A livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre a UE e o Reino Unido terminou. Haverá entraves à mobilidade e ao comércio.

A City de Londres continuará a ser um importante centro financeiro mundial, e espero que consigamos desenvolver uma abordagem cooperativa.

Foi possível salvar o Acordo de Sexta-Feira Santa. A UE conseguiu defender a integridade do seu mercado interno de 450 milhões de pessoas. Também manteve a sua unidade desde o primeiro dia, protegendo ao mesmo tempo os seus valores e princípios fundamentais.

No final das negociações, a presidente da Comissão Europeia declarou-se satisfeita e aliviada. É verdade que o Brexit consumiu muito do nosso tempo e da nossa energia. Agora, está concluído. O Reino Unido prosseguirá na sua senda solitária. A União Europeia deve agora concentrar-se no seu futuro e na sua missão mundial.

O acordo sobre as nossas relações futuras é complexo. A sua aplicação e a verificação do seu cumprimento comportam muitos riscos e desafios. Aguardam-nos muitos períodos difíceis. Embora se trate de um acordo sem precedentes, há muitos aspetos por concluir. As negociações prosseguirão, e o diálogo regulamentar será fundamental. Os nossos amigos britânicos ainda deverão compreender plenamente o que significa ser um país terceiro. A vantagem é que dispor de um acordo nos ajudará a prosseguir o diálogo.

Prof. Danuta Hübner,

deputada ao Parlamento Europeu

NOTÍCIAS DO CESE



Concretizar o QFP, o acordo sobre o Brexit e o processo de vacinação – eis as tarefas prioritárias da Presidência portuguesa da UE

Em 1 de janeiro de 2021, Portugal assumiu a Presidência do Conselho da UE, com o lema «Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital».

A Presidência portuguesa terá pela frente a espinhosa tarefa de traduzir na prática os acordos alcançados na última fase da Presidência alemã sobre o orçamento plurianual da UE (QFP) e o Fundo de Recuperação, implementar o acordo com o Reino Unido para o pós-Brexit e supervisionar o processo de vacinação da Europa contra a COVID-19.

Esta Presidência tem cinco objetivos claros para os próximos seis meses:

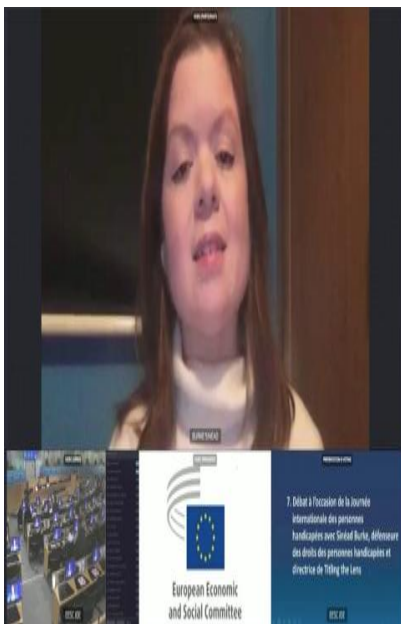
- implementar o QFP, adotando os regulamentos necessários e lançando os programas que lhe estão associados;
- fazer chegar o financiamento do Fundo de Recuperação e Resiliência o mais rapidamente possível aos países, acelerando assim a transição ecológica e digital;
- concretizar com êxito o plano de vacinação na Europa e contribuir para que este se torne realidade também no resto do mundo;
- concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e dar-lhe um impulso vital durante a Cimeira Social agendada para 7 e 8 de maio, no Porto;
- reforçar as relações da UE com os principais parceiros estratégicos, como a Índia e África, e retomar as relações com os EUA.

O CESE contribuirá para o trabalho da Presidência portuguesa a fim de assegurar que a voz da sociedade civil europeia seja ouvida. O CESE partilhará nomeadamente os pontos de vista da sociedade civil sobre os seguintes temas, através de pareceres que está atualmente a elaborar a pedido da Presidência portuguesa:

- Desafios do teletrabalho: organização do tempo de trabalho, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e direito a desligar-se
- Formação profissional: a eficiência dos sistemas de antecipação e adequação das competências às necessidades do mercado de trabalho e o papel dos parceiros sociais e das diferentes partes interessadas
- O papel da economia social na criação de emprego e na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- Teletrabalho e igualdade de género – Criar condições para que o teletrabalho não agrave a repartição desigual das atividades de assistência e de trabalho doméstico não remuneradas entre as mulheres e os homens e se afirme como um motor de promoção da igualdade de género
- Espaço ferroviário europeu único
- Como promover as competências necessárias para que a Europa crie uma sociedade mais justa, coesa, sustentável, digital e resiliente, através da formação e da aprendizagem ao longo da vida

Portugal exercerá a Presidência rotativa semestral do Conselho da UE entre 1 de janeiro e 30 de junho. Seguir-se-lhe-á a Eslovénia, que, no segundo semestre de 2021, encerrará o trio de Presidências iniciado pela Alemanha.

Esta será a quarta vez que Portugal assume a Presidência desde a adesão do país à União Europeia em 1986. (mr)



CESE recebe Sinéad Burke, proeminente ativista irlandesa dos direitos das pessoas com deficiência

Em 2 de dezembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) organizou um debate com Sinéad Burke, ativista irlandesa dos direitos das pessoas com deficiência e escritora, na sua reunião plenária dedicada à capacitação das pessoas com deficiência e à sua inclusão em todas as esferas da vida económica, social e política dentro e fora da UE.

O debate teve lugar na véspera do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e foi marcado pelo discurso inspirador e muito pessoal de **Sinéad Burke**.

«Apelo a todos para que trabalhem com as pessoas com deficiência, e não para elas, a fim de transformar a sociedade. Manifesto-vos a minha gratidão pelo facto de estarem a promover esta questão e este debate. No entanto, não chega agir pontualmente. Convido-vos a juntarem-se ao movimento», declarou **Sinéad Burke** perante a Assembleia Plenária do CESE, no seu primeiro discurso dirigido às instituições da UE.

A convidada recebeu recentemente um prémio literário pela sua primeira obra, intitulada *Break the Mould* [Quebrar o molde], na qual encoraja as crianças a aceitarem a diferença e a terem orgulho nelas próprias, tal como são. É também a primeira pessoa com nanismo a figurar na capa da revista *Vogue* e a participar no evento «Met Gala». Através da sua empresa, Tilting the Lens, Sinéad Burke visa acelerar uma mudança

sistêmica na forma como as pessoas com deficiência são vistas e tratadas nos domínios da educação e do *design*.

Sinéad Burke foi acolhida por **Christa Schweng**, presidente do CESE, que referiu a importância da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratado internacional inovador que mudou a forma como vemos a deficiência.

«Infelizmente, a situação continua a ser difícil e são necessárias mais medidas», afirmou **Christa Schweng**.

Os intervenientes no debate salientaram a importância da educação e do emprego inclusivos, dos locais de trabalho acessíveis e da linguagem, que devem conferir às pessoas com deficiência um sentimento de segurança e conforto. Integrar estas pessoas em todas as decisões que as afetam diretamente é também essencial.

O debate destacou as consequências devastadoras da pandemia para as pessoas com deficiência.

«A Estratégia da UE para a Deficiência para a próxima década só poderá ser eficaz se tiver em conta as consequências da pandemia e se influenciar as políticas e a despesa dos Estados-Membros», declarou **Pietro Vittorio Barbieri**, presidente do Grupo de Estudo Temático do CESE para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Ioannis Vardakastanis, membro do CESE e presidente do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, afirmou que, em vez de serem protegidas e consideradas prioritárias, as pessoas com deficiência foram esquecidas pelos decisores.

«O estado de saúde e as vidas das pessoas com deficiência também contam», salientou. (II)



Direitos de união das pessoas com deficiência

Aceite o nosso convite para reviver alguns dos momentos mais importantes de uma conferência de imprensa virtual sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência 2020, organizada pela Unidade da Imprensa em 2 de dezembro de 2020.

Que ensinamentos podemos extrair da crise gerada pela pandemia, que já dura há quase um ano, para as pessoas com deficiência?

Esta é apenas uma de muitas questões. Leia a opinião dos nossos convidados.

Breve apresentação

Sinéad Burke – militante irlandesa pelos direitos das pessoas com deficiência e diretora da Tilting the Lens: *«Sou uma mulher com deficiência, educadora, escritora e defensora das pessoas com deficiência.»*

Ioannis Vardakastanis – membro do CESE e militante pelos direitos das pessoas com deficiência, presidente do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência: *«Consagrei a minha vida às campanhas, ao militantismo e à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, da minha aldeia ao resto do mundo.»*

Krzysztof Pater – membro do CESE e autor do Relatório de Informação – O direito efetivo das pessoas com deficiência a votar nas eleições para o Parlamento Europeu: *«Nos últimos 20 anos, tenho procurado dar apoio, encontrar soluções, criar condições jurídicas mais favoráveis para as pessoas com deficiência.»*

Pietro Vittorio Barbieri – presidente do Grupo Temático para os Direitos das Pessoas com Deficiência: *«Este não é um dia como os outros; estamos a atravessar um período em que passamos da inclusão à exclusão. O principal problema é o isolamento das pessoas durante a pandemia.»*

Vale a pena saber...

Até que ponto está otimista quanto aos seus esforços para encorajar as crianças a aceitar as diferenças e a celebrarem-se a si próprias? Como estão a reagir?

Sinéad Burke: «Tenho esperança de que o futuro será melhor. Dizemos muitas vezes que as crianças não veem diferenças; não me parece que seja verdade. As crianças veem as diferenças, estão conscientes da identidade. A diferença em relação aos adultos é que as crianças reagem com curiosidade. Eu gostaria que os adultos prestassem atenção à forma como as crianças reagem. A aceitação e a curiosidade são muito importantes. Acho que os adultos precisam de se inspirar nas crianças e de seguir o seu exemplo na forma como reagem à deficiência.»

Que podemos fazer para que as pessoas com deficiência na Irlanda do Norte não fiquem separadas do resto da Irlanda em termos de direitos humanos e de condições de trabalho, sobretudo no que toca aos teletrabalhadores com deficiência?

Ioannis Vardakastanis: «A cooperação com as organizações de pessoas com deficiência continuará e as questões relativas às pessoas com deficiência terão prioridade na ordem do dia. A mensagem é clara. A união e os direitos das pessoas com deficiência têm de ser respeitados por todos os governos. Essas pessoas não podem ficar isoladas devido ao Brexit ou outras decisões políticas.»

Pietro Vittorio Barbieri: «O acordo sobre o Brexit alcançado até ao final de 2020 definirá a agenda política.»

Sinéad Burke: «À medida que avançamos na direção da saída do Reino Unido, não devemos continuar a focar-nos no lucro e no comércio, e sim colocar a tónica nas pessoas. É importante criar políticas centradas nas pessoas, em especial durante a pandemia. Espero que continuemos a ser aliados e a apoiar todas as pessoas marginalizadas, que são muitas vezes pessoas com deficiência.»

Krzysztof Pater: «O Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência é uma plataforma fantástica. Na altura em que o relatório foi elaborado, e antes das eleições para o Parlamento Europeu, ninguém esperava que o Reino Unido saísse da UE, mas o Reino Unido tem várias soluções legislativas que deveriam ser tidas em conta por muitas organizações da UE.»

Em sua opinião, qual foi o principal impacto da pandemia nas pessoas com deficiência e que aspetos do quotidiano foram os mais afetados?

Krzysztof Pater: «Gostaria de destacar a falta de contacto com outras pessoas, que afeta não só a saúde mental mas também a vida quotidiana (em termos de assistência, compras, reabilitação, etc.). Os planos de ação impostos pelos governos durante a pandemia esqueceram as pessoas que vivem em instituições de cuidados continuados.»

Pietro Vittorio Barbieri: «O domínio mais afetado é o das pessoas que vivem em lares e a sensação de isolamento. Os idosos ficaram entregues a si próprios.»

Sinéad Burke: «Durante a pandemia, as autoridades avaliaram a capacidade das pessoas de sobreviver ao tratamento. As pessoas idosas ou com deficiência tinham menos probabilidades de receber tratamento. Será que algumas vidas valem mais do que outras? Penso que agora que estamos a conceber locais para o distanciamento social temos a ocasião de lançar novas bases e refletir sobre o mundo em que queremos viver, colocando as pessoas com deficiência no centro dessa evolução.»

Ioannis Vardakastanis: «Para parafrasear um lema que surgiu nos EUA, as vidas das pessoas com deficiência também contam. Durante a pandemia, assistimos a exclusão, pobreza sanitária, discriminação e desigualdades no sistema de saúde. O lema “nada para nós sem nós” tem de ser o verdadeiro motor da mudança das políticas e dos sistemas para fazer com que as vidas das pessoas com deficiência também contem.» (at)

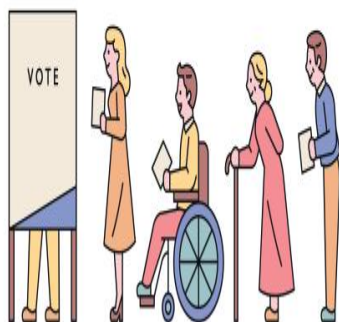


CESE solicita alteração da legislação eleitoral da UE

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) insta o Parlamento Europeu (PE), o Conselho da UE e os Estados-Membros a alterarem urgentemente o Ato Eleitoral de 1976, de modo a garantir que todos os cidadãos da UE com deficiência gozam de um verdadeiro direito de voto nas eleições para o PE em 2024.

No seu Parecer – [*A necessidade de garantir o direito efetivo das pessoas com deficiência a votar nas eleições para o Parlamento Europeu*](#), adotado em 2 de dezembro de 2020, o CESE solicitou que se clarificasse no Ato Eleitoral os princípios do sufrágio universal direto e da confidencialidade do voto.

Tal poria termo à discriminação dos eleitores com deficiência devido à legislação ou às disposições em vigor nos diferentes Estados-Membros, que diferem consideravelmente de país para país. Poderia também eliminar os obstáculos jurídicos ou técnicos existentes em toda a Europa que privam milhões de pessoas dos seus direitos eleitorais.



O parecer foi elaborado no seguimento do relatório de informação do CESE em que se concluiu que, devido a esses obstáculos, nenhum país da UE estava em condições de garantir que as eleições fossem plenamente acessíveis a todas as pessoas.

As conclusões do relatório, publicadas dois meses antes das eleições de 2019 para o PE, foram posteriormente confirmadas pelas informações eleitorais transmitidas pelos meios de comunicação social e pelas organizações da sociedade civil.

«O CESE considera que esta situação é inaceitável e contrária aos valores fundamentais da UE, bem como às disposições dos Tratados e dos principais instrumentos jurídicos e políticos internacionais», afirmou o relator do relatório de informação e do parecer, **Krzysztof Pater**.

«O nosso apelo diz respeito ao princípio da igualdade de direitos para todos os cidadãos. Como é possível que, no século XXI, milhões de cidadãos da UE com deficiência não possam exercer o seu direito de voto e que os decisores políticos façam tão pouco para alterar a situação? Esta é uma questão fundamental para a democracia da UE. Acima de tudo, é uma questão de dignidade do ser humano», salientou **Krzysztof Pater**.

Na opinião do CESE, as práticas existentes que discriminam os cidadãos da UE com deficiência podem ser rapidamente eliminadas através da alteração do Ato Eleitoral no sentido de tornar obrigatória para os países da UE a aplicação de normas que garantam a essas pessoas um verdadeiro direito de voto.

Tal passaria pela inclusão de uma disposição afirmando que nenhum cidadão da UE pode ser privado, devido à legislação nacional, do seu direito de voto nas eleições para o PE por motivo de deficiência ou problemas de saúde.

São necessárias normas que clarifiquem os princípios do sufrágio direto e da confidencialidade do voto, assegurando que as pessoas com deficiência, independentemente da natureza da deficiência, podem votar sem assistência e de forma confidencial. (II)



Felicitações pela conclusão de uma parceria global entre a UE e o Reino Unido

Declaração conjunta de Christa Schweng, presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), e Jack O'Connor, presidente do Grupo de Acompanhamento para o Brexit do CESE

Felicitações aos negociadores da União Europeia e do Reino Unido por terem concluído com êxito uma negociação muito complexa e difícil para chegar a um acordo comercial de vital importância para os cidadãos do Reino Unido e de toda a Europa.

Agora o CESE está pronto a estabelecer todas as ligações possíveis com a sociedade civil do Reino Unido.

Em primeiro lugar, é um grande alívio que, após uma negociação longa e complexa, a UE e o Reino Unido tenham conseguido, no último momento,

concluir um acordo de parceria.

Na sequência da decisão tomada pelo Reino Unido de sair da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, após 47 anos enquanto membro da UE, era indispensável saber como seriam regidas as futuras relações entre as duas partes.

O acordo de parceria será a pedra angular das futuras relações entre a UE e o Reino Unido.

Em nome do CESE, felicitamos calorosamente Michel Barnier, negociador principal da UE, e a sua equipa, que deram provas de indiscutível profissionalismo, resiliência e experiência, trabalhando incansavelmente para manter uma frente europeia unida.

Naturalmente, gostaríamos também de felicitar a delegação do Reino Unido, que trabalhou com êxito para concluir o acordo. Estamos plenamente cientes de que não foi uma tarefa fácil.

Desde 1 de janeiro de 2021, as empresas, os trabalhadores e os cidadãos de ambos os lados do Canal da Mancha dispõem de condições para se organizarem. O acordo de parceria proporciona segurança, o elemento fundamental para as empresas planearem os seus investimentos, para os trabalhadores decidirem onde trabalhar e para os cidadãos escolherem onde viver.

O CESE seguiu de perto as negociações do Brexit, nomeadamente através de um grupo de trabalho eventual que criou.

O nosso papel centrar-se-á em otimizar a cooperação com as outras instituições europeias e as principais partes interessadas e estabelecer todas as ligações possíveis com a sociedade civil do Reino Unido. Hoje mais do que nunca, estamos convictos de que esta deve ser a missão do CESE ao longo dos próximos anos.

Christa Schweng

Presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE)



Orçamento da UE 2021-2027 – CESE congratula-se por os pontos de vista da sociedade civil terem impacto

O CESE acolhe com agrado a adoção, pelos chefes de Estado e de governo da UE, do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, em 10 de dezembro de 2020. O compromisso sobre o orçamento europeu e o Fundo de Recuperação, e sobre um mecanismo de proteção do Estado de direito, tem em conta o contributo proativo e global do CESE a favor de um QFP mais ambicioso para a UE.

Apoiando a recuperação europeia e contribuindo para a construção de uma União Europeia mais forte, mais ecológica e mais digital, o Comité continua a desempenhar um papel único na elaboração de políticas da UE. O seu contributo enquanto voz das organizações da sociedade civil

revelou-se mais uma vez importante, como demonstram os seus numerosos pareceres sobre o orçamento de longo prazo da UE, que foram tidos em conta pelas outras instituições europeias.

«É nosso dever dar a conhecer os benefícios que o aumento do orçamento 2021-2027 traz para a sociedade civil. Apraz-me constatar que contributo do CESE fez a diferença. O acordo sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual e sobre o novo Mecanismo de Recuperação e Resiliência é muito oportuno. Esperamos que seja o ponto de partida para uma recuperação rápida da Europa e a pedra angular de uma União mais forte e mais ecológica, com um resultado final em consonância com as ambições e necessidades da UE», afirmou **Cillian Lohan**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação.

Leia a [**Declaração de Christa Schweng, presidente do CESE, sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e o Fundo de Recuperação.**](#)

Para informações sobre os pareceres do CESE que foram tidos em conta no QFP, consulte [este anexo](#). (mp)



[#DigitalServicesAct, #DigitalMarketsAct: A nossa democracia a acompanhar o ritmo da tecnologia](#)

As últimas iniciativas da Comissão Europeia para regulamentar os serviços e mercados digitais assegurarão que os prestadores assumem a responsabilidade pelos serviços que prestam e que os gigantes digitais não impõem as suas próprias regras nos mercados europeus, afirmou a vice-presidente executiva da Comissão, Margrethe Vestager, na reunião plenária de dezembro do CESE.

A Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais da Comissão Europeia, lançadas em 15 de dezembro, contribuirão para que a democracia europeia acompanhe a evolução digital dos últimos vinte anos, definindo o modo de prestação dos serviços digitais e o funcionamento dos mercados digitais, afirmou **Margrethe Vestager** na plenária do CESE durante o debate sobre ***Uma Europa preparada para***

a era digital.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, salientou que a transição digital é mais importante do que nunca, constituindo um dos dois elementos da recuperação da crise da COVID-19 na Europa, a par da transição ecológica.

A presidente do CESE citou um estudo recente, segundo o qual o contributo adicional cumulativo das novas tecnologias digitais para o PIB até 2030 poderá ascender a 2,2 biliões de euros na UE, o equivalente ao PIB conjunto de Espanha e dos Países Baixos em 2019.

Christa Schweng declarou: «É necessária uma abordagem europeia da digitalização, que se centre no ser humano. Sem a confiança dos cidadãos e das empresas, não poderemos aproveitar as oportunidades proporcionadas pela digitalização. Para tal, é importante construir um verdadeiro Espaço Europeu dos Dados, que proteja os nossos dados e assegure a privacidade e a autodeterminação. Precisamos, além disso, de alcançar a soberania tecnológica da UE, preservando simultaneamente o comércio digital mundial.»

Margrethe Vestager descreveu os elementos principais da estratégia digital da Comissão, o facto de se centrar no **estímulo ao investimento privado** e depender de **iniciativas emblemáticas** (relativas às competências digitais, aos serviços públicos digitais e à cibersegurança), bem como o reforço e a implantação das capacidades digitais.

«A Lei dos Serviços Digitais assegurará que os prestadores de serviços digitais assumem a sua responsabilidade e podem ser responsabilizados pelos serviços que prestam, possibilitando a restauração da confiança», afirmou **Margrethe Vestager**. «O problema são os conteúdos e produtos digitais ilegais, que não cumprem as regras aplicáveis aos produtos físicos, o que deve ser resolvido à escala europeia.»

«A Lei dos Mercados Digitais», prosseguiu a comissária, «transmitirá uma mensagem aos gigantes do mercado: são muito bem-vindos a exercer a vossa atividade na Europa e regozijamo-nos com o vosso êxito, mas há uma série de regras que temos de fazer cumprir, na nossa posição de guardiões, a fim de assegurar

a concorrência leal e servir os consumidores da melhor forma possível. A questão fundamental é que o mercado nos deve servir a nós enquanto consumidores e que a tecnologia deve ser verdadeiramente merecedora da nossa confiança.» (dm)



Serviços públicos nacionais são essenciais para a democracia e o Estado de direito na UE

CESE defende adoção de um conjunto de princípios comuns para os serviços públicos, a fim de ajudar os Estados-Membros a respeitar plenamente a democracia e o Estado de direito.

Num [parecer adotado na reunião plenária de 2 de dezembro](#), o CESE observa que, ao assegurarem um acesso universal e equitativo para todos, incluindo os grupos vulneráveis e desfavorecidos, os serviços públicos contribuem para o progresso social e para uma sociedade dinâmica. Os serviços públicos podem desempenhar um papel essencial de «estabilizadores automáticos» em períodos de crise, que têm aumentado nos últimos anos em domínios como a segurança, a economia, o asilo, o ambiente, o clima e a saúde.

Como explica o relator do CESE, **Christian Moos**, «a administração pública e os serviços públicos são o elo mais importante entre os governos e a sociedade civil, e são fundamentais para a resiliência da democracia liberal na Europa. A UE precisa de mecanismos eficazes para assegurar o pleno respeito do Estado de direito e da imparcialidade da administração pública em todos os Estados-Membros.»

Um conjunto de princípios comuns

O CESE preconiza a adoção de um conjunto de princípios comuns para os serviços e administrações públicos:

- O direito a uma boa administração reforça a confiança da sociedade. A transparência dos serviços públicos assegura uma supervisão independente e contribui para a luta contra a corrupção.
- Os serviços públicos têm uma função de proteção no que respeita ao Estado de direito. Os trabalhadores dos serviços públicos devem ser protegidos de modo que possam recusar instruções de serviço ilegais.
- Os serviços públicos devem assegurar um acesso livre à informação e, não obstante a digitalização, devem manter a possibilidade de aceder aos mesmos em pessoa.

O CESE propõe ainda que os serviços públicos sejam interoperáveis a nível europeu. Os intercâmbios e a rotação de postos de trabalho entre os serviços públicos dos Estados-Membros devem ser possíveis. É essencial que todos os serviços públicos que participam na distribuição de fundos europeus respeitem e



Novo Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo: oportunidade perdida de um recomeço tão necessário

O Novo Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo foi fortemente criticado durante uma conferência de alto nível organizada pelo CESE. Representantes da sociedade civil, grupos de reflexão e o Parlamento Europeu consideraram que o novo pacto não induz as mudanças necessárias à criação de um verdadeiro sistema europeu comum de migração e asilo.

Em 26 de novembro, realizou-se uma [audição virtual sobre o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo](#), com a participação de diversas partes interessadas, nomeadamente a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho, grupos de reflexão, parceiros sociais e organizações da sociedade civil. A conferência organizada pelo CESE, nomeadamente pela sua Secção SOC, responsável pelos Assuntos Sociais, procurou averiguar se o novo pacto induz as mudanças

sistémicas necessárias para superar o impasse atual e desenvolver uma política da UE para o asilo e a migração que seja sustentável, racional e assente nos direitos.

As críticas proferidas por vários participantes centraram-se em três aspetos principais: a via legislativa escolhida, assente na interação intergovernamental que permite o início das negociações antes da apresentação de uma proposta legislativa pela Comissão; o conceito dualista de migrante, como verdadeiro refugiado ou como indivíduo ilegal suscetível de repatriamento; o mecanismo recém-criado para patrocinar regressos, que permite aos Estados-Membros contribuírem para a solidariedade executando os processos de expulsão dos outros países.

Os membros do grupo de estudo do CESE sobre esta iniciativa lamentaram que a maioria das propostas do pacto dissessem respeito à gestão das fronteiras externas, sem prestar a devida atenção aos canais regulares de imigração, às vias seguras para o asilo ou à inclusão e integração de nacionais de países terceiros na UE. «Estamos um pouco desiludidos com o conteúdo deste pacto», afirmou **José Antonio Moreno Díaz**, relator do Parecer do CESE – Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo. «Temos esperança num pacto mais ambicioso e construtivo, que seja mais realista no que diz respeito aos direitos humanos.» (na)



Céu Único Europeu – nova proposta da Comissão pode não ser suficiente

A Comissão Europeia e as partes interessadas do setor da aviação devem relançar o debate para esclarecer o nível de ambição do novo regulamento relativo ao Céu Único Europeu, afirma o CESE num parecer recentemente adotado.

Com efeito, persistem dúvidas de que a proposta da Comissão seja suficiente para a materialização dos objetivos originais do Céu Único Europeu em termos de redução das emissões de CO₂ e de melhoria da eficiência da gestão do tráfego aéreo e dos serviços de navegação aérea (ATM/ANS).

O CESE levantou esta questão num parecer elaborado por **Dumitru Fornea** e adotado na reunião plenária.

«A função do gestor de rede tem de ser clarificada, em particular, a esfera de competências geral e o seu impacto no planeamento das linhas aéreas, na gestão da capacidade, na conceção do espaço aéreo, no ambiente e na priorização das exigências. Todos as partes interessadas do setor da aviação devem participar no processo de tomada das principais decisões. O princípio da consulta significativa deve ser integrado na proposta-quadro», afirmou **Dumitru Fornea** durante o debate.

A proposta da Comissão também não faz qualquer referência às consequências dramáticas da crise da COVID-19 para a indústria. A este respeito, o CESE recomenda a realização de um estudo de impacto, a fim de ter devidamente em conta as consequências sociais e económicas da pandemia de COVID-19, tanto nos trabalhadores como nos utilizadores dos serviços. (mp)



Cadeia de blocos e indústria mineira: um futuro partilhado

A tecnologia das cadeias de blocos (*blockchain*) pode trazer soluções úteis para a indústria mineira do futuro, mas a transição digital deve ter em conta o impacto social. Foi esta a conclusão principal da mesa-redonda em linha organizada pela Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) do CESE em 14 de dezembro de 2020.

«As empresas mineiras que se lançaram na transição digital melhoraram a sua segurança, a sua sustentabilidade, a sua produtividade e os seus lucros. A cadeia de blocos é o futuro da indústria, mas a sua governação

tem de ser debatida. Temos também de minimizar os desequilíbrios sociais e territoriais que resultam da transformação das atividades no âmbito do novo Pacto Ecológico e da economia circular», afirmou **Pietro De Lotto**, presidente da CCMI.

Esta posição foi secundada por **Hilde Van Laere**, membro da CCMI: «A cadeia de blocos é um elemento fundamental da transição digital e tem potencial para transformar não só a indústria mineira, mas as empresas e a sociedade no seu todo. Esta tecnologia mudou as empresas de todos os setores e veio transformar também a realidade da exploração mineira. Graças à sua capacidade para garantir a segurança e a transparência nas transações comerciais, bem como para registar alterações em documentos e acordos comerciais, a tecnologia das cadeias de blocos tem aplicações extremamente úteis no setor mineiro.»

O debate contou com a participação de um vasto leque de partes interessadas operacionais e institucionais: a Organização de Mineração sueca, a Minespider, a Kamni Chain, a IndustriALL Norway, o Observatório Internacional das Matérias-Primas, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), a Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

O webinar fez parte do trabalho de seguimento do [Parecer – A mineração digital na Europa: novas soluções para a produção sustentável de matérias-primas](#) (CCMI/176), elaborado por **Marian Krzaklewski** e **Hilde Van Laere** e adotado pelo CESE na sua reunião plenária de setembro. (mp)



Capacitação é a chave para o êxito do Pacto Europeu para o Clima

O CESE regozija-se por ver as suas recomendações refletidas nas propostas da Comissão Europeia para um Pacto Europeu para o Clima que apoia as iniciativas existentes e futuras em matéria de ação climática ao promover a aprendizagem entre pares, a educação, o reforço das capacidades, a remoção de obstáculos e um acesso facilitado ao financiamento.

Com a introdução do conceito de neutralidade carbónica a nível mundial, o Acordo de Paris alterou o discurso político e abriu caminho para que os governos e as partes interessadas envidem por uma ação orientada. Tal resultado não teria sido possível sem a mobilização sem precedentes de todos os intervenientes da sociedade civil. A participação ativa de todos os quadrantes da sociedade é uma condição prévia para o êxito da política climática na UE.

Nas palavras do membro do CESE **Peter Schmidt**, «o Pacto para o Clima constitui uma grande oportunidade para conceber uma abordagem participativa inovadora que reflita, apoie e inspire as ações já em curso na sociedade civil, nas comunidades, nos municípios e nas regiões».

O CESE pretende associar-se à Comissão Europeia e aos outros órgãos da UE para criar em conjunto uma [plataforma das partes interessadas do Pacto Europeu para o Clima](#), assente nos princípios da inclusividade e da transparência, bem como na participação e apropriação efetivas por parte dos intervenientes no domínio do clima a todos os níveis.

Além disso, a criação de um [fórum finança-clima da UE](#), enquanto elemento do pacto, promoveria processos de uma verdadeira aprendizagem mútua, facilitaria o acesso ao financiamento e eliminaria obstáculos. O pacto deve incluir igualmente um mecanismo de participação dos jovens para o clima e a sustentabilidade, como as [mesas-redondas da juventude para o clima e a sustentabilidade propostas pelo CESE](#). (mr)



[CESE associa-se aos esforços da UE para renovar laços com EUA](#)

No seguimento das eleições nos EUA, o Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas do CESE reuniu-se em 15 de dezembro para restabelecer uma parceria forte com a sociedade civil dos EUA.

Com uma nova presidência americana prestes a começar, a UE e os EUA têm agora uma oportunidade única – após os grandes retrocessos dos últimos anos – de renovar a sua parceria e amizade com base em valores democráticos uniformes, numa história partilhada e em interesses comuns.

Numa tentativa de relançar o diálogo com a sociedade civil, o Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas do CESE reuniu-se em 15 de dezembro, com a participação, pela Internet, **Radostław**

Sikorski, eurodeputado, e **William Hurd**, membro do Congresso dos EUA.

Radostław Sikorski frisou o papel crucial dos contactos interpessoais e de uma cooperação mais intensa com a sociedade civil, em consonância com a Nova Agenda Transatlântica. «As diferenças políticas entre a UE e os EUA não desapareceram, mas a boa vontade, a igualdade das condições e a confiança são um bom começo», afirmou.

William Hurd apoiou vivamente o diálogo transatlântico: «Uma América que lidera não pode ser uma América isolada. Temos de ser capazes de construir alianças.» Sublinhou que era imperativo que a UE e os EUA cooperem face à crescente assertividade internacional da China.

Peter Chase, investigador principal do Fundo Marshall Alemão dos Estados Unidos, salientou que uma estratégia ambiciosa é fundamental para as relações económicas transatlânticas: «Uma economia próspera alimentará a sociedade civil, os grupos de reflexão, as empresas e os investimentos.»

Matthias Jørgensen, da Direção-Geral do Comércio da Comissão Europeia, apresentou a Nova Agenda Transatlântica da Comissão, convidando os EUA a juntarem-se à luta por um mundo mais saudável, mais seguro, próspero e mais democrático após a COVID-19, e a colaborarem em domínios como a proteção do planeta, a tecnologia, o comércio e as normas.

Garrett Workman, diretor principal para os Assuntos Europeus na Câmara de Comércio dos EUA, observou que «o comércio é a base para corrigir muitos dos danos causados pela política norte-americana nos últimos anos».

O CESE apresentou igualmente o projeto ambicioso «**Construir pontes sobre o Atlântico**», que destaca o papel da sociedade civil e a importância do seu impacto na parceria transatlântica renovada. O projeto visa interligar as pessoas e as suas atividades e fazer ouvir as vozes liberais de ambos os lados do Atlântico num momento em que é mais importante do que nunca procurar um terreno comum e encontrar soluções. (at)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Empresas da UE prontas para assumir dupla transição ecológica e digital

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE

A neutralidade climática e a liderança digital não serão uma tarefa fácil para a Europa. A agenda transformadora do Pacto Ecológico Europeu é tão exigente quanto imperiosa. Alguns diretores executivos encaram-na como uma tarefa hercúlea, mas os empregadores da UE estão prontos para mudar de velocidade e acelerar a implantação das transições ecológica e digital.

É evidente que a descarbonização da indústria comportará elevados custos da energia para as empresas com utilização intensiva de energia, impondo simultaneamente uma mudança estrutural maciça nos setores industrial, dos transportes e da energia, correndo o risco de uma desvantagem económica num mercado mundial competitivo.

No entanto, pode ser alcançada se o objetivo global da política climática da UE for contrabalançado por uma estratégia industrial ambiciosa que estimule a competitividade – e por uma política energética igualmente ambiciosa, concebida para garantir a segurança energética e a acessibilidade dos preços a longo prazo. Não há dúvida de que a estratégia industrial atualizada, que a Comissão deverá apresentar no início do próximo ano, deve alinhar as principais vertentes da política energética e da competitividade industrial.

Ao mesmo tempo, as soluções digitais são essenciais para consolidar os progressos no sentido da consecução dos objetivos do Pacto Ecológico. Visto que a Europa acusa um atraso em termos de desenvolvimento digital e conectividade de alta velocidade, é necessário um «Pacto Digital» para a Europa.

Estamos firmemente convictos de que as empresas europeias têm a capacidade de investigação e as soluções tecnológicas para ajudar o nosso continente a tornar-se um ator independente de primeiro plano no domínio digital.

No entanto, falta um parâmetro na equação, que é o investimento. O pacote de recuperação da UE proporcionará um apoio financeiro público abrangente, que deve ser alinhado com o financiamento privado, se quisermos garantir que criamos as condições adequadas para uma reconstrução bem-sucedida.

Temos de perceber que estamos num momento crítico. Se não forem tomadas as medidas necessárias, haverá repercussões profundas e duradouras no papel da Europa na configuração do futuro global. Não podemos permitir que falhamos nesta frente.

Em 9 de dezembro, o Grupo dos Empregadores do CESE realizou um webinar sobre o tema «Descarbonização e digitalização no contexto da globalização». As recomendações daí resultantes dirigidas aos decisores políticos da UE podem ser consultadas aqui: <https://www.eesc.europa.eu/pt/news-media/news/employers-group-issues-recommendations-de-carbonisation-and-digitalisation-context-globalisation>.



Questões sociais, económicas e ambientais na transição industrial: encontrar o equilíbrio necessário

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

As mutações industriais podem significar melhores empregos e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, crescimento sustentável e inclusividade. Ou, pelo contrário, podem conduzir a um agravamento das desigualdades e da pobreza, a um aumento do desemprego em certos grupos e, em última análise, a uma fratura na coesão social que porá em perigo a UE e a própria democracia.

Não é por acaso que as mudanças históricas nas condições materiais de produção e nas relações laborais têm, amiúde, abalado as próprias fundações da sociedade.

No entanto, a forma como a mudança ocorre dependerá, em grande medida, das opções políticas tomadas. Na última reunião plenária de dezembro de 2020, o CESE [adotou um parecer emblemático](#) sobre a transição industrial, cuja elaboração foi solicitada pelo Parlamento Europeu e que servirá de referência no que toca à necessidade de equidade e justiça na evolução tecnológica e económica da indústria e do mundo do trabalho.

A receita para superar a recessão económica provocada pela pandemia e criar uma economia e uma sociedade mais resilientes, modernas, ecológicas, digitais e inclusivas exigirá, acima de tudo, uma forte

componente social. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais tem de constituir o elemento central desta transformação, que deverá alicerçar-se numa participação clara, alargada e intensa dos parceiros sociais e num quadro regulamentar sólido e transparente.

Por conseguinte, o parecer giza o equilíbrio necessário, embora muitas vezes ignorado, não só do ponto de vista ambiental e económico, mas também social: não deixar ninguém para trás não é apenas um princípio de boas intenções. Importa evitar que o populismo leve avante o que iniciou na sequência da crise de 2008 e das medidas de austeridade então adotadas. (prp)



Trabalhadores independentes em situação de pobreza: um grupo amiúde esquecido

Por Ronny Lannoo, membro do Grupo Diversidade Europa do CESE e da União de Empresários Independentes da Bélgica (UNIZO)

Os trabalhadores independentes estão muitas vezes associados à ideia de ganhar «dinheiro rápido» e de êxito. Esta caricatura oculta os muitos desafios que os trabalhadores independentes enfrentam. O trabalho independente é sempre acompanhado de riscos, tanto na esfera empresarial como na esfera privada.

Quando as coisas correm mal, a pobreza (escondida) não anda, muitas vezes, longe. Esta situação é frequentemente negligenciada em parte porque os trabalhadores independentes estão habituados a resolver os seus próprios problemas, sempre que o possam fazer.

O conhecimento público de que uma empresa tem problemas é percecionado como má publicidade, algo vergonhoso e, por conseguinte, os trabalhadores independentes adiam ou simplesmente evitam procurar apoio adequado.

Na Bélgica, cerca de 12,7% dos trabalhadores independentes vivem abaixo do limiar de pobreza. As razões pelas quais se deparam com dificuldades incluem a má gestão, iniciar a atividade sem um plano de negócios sólido, doença e pagadores em atraso.

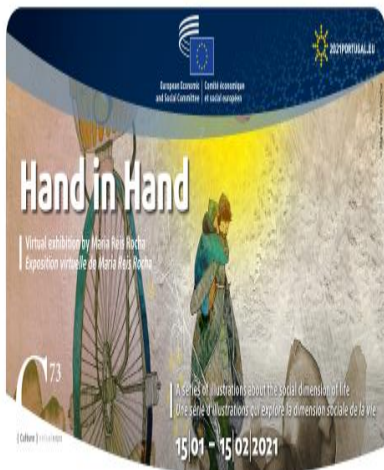
Mas também há problemas que os próprios trabalhadores independentes não conseguem contornar, tal como o exemplo dramático da crise da COVID-19, que, segundo a Comissão Europeia, causará uma vaga de insolvências.

É necessário reconhecer e debater o problema, criando menos ansiedade e mais prevenção e facilitando as formas de obter ajuda. Em especial, as associações empresariais não devem ficar a aguardar um contacto, mas sim procurar os trabalhadores independentes em dificuldade e divulgar amplamente informações sobre o que podem oferecer.

Serviços como a formação, a melhoria das competências e o acompanhamento na gestão de empresas, a deteção precoce de problemas através de sinais de alerta, e outras medidas, podem prevenir muitas falências. Algumas destas medidas foram alargadas e reforçadas durante a pandemia, mas há ainda muito a

fazer para reduzir a pobreza entre os trabalhadores independentes em toda a Europa.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Exposição do CESE celebra dimensão social em destaque na Presidência portuguesa da UE

Em vésperas de Portugal assumir a Presidência do Conselho da UE e colocar a agenda social no topo das suas prioridades, o CESE acolhe uma exposição virtual da artista portuguesa Maria Reis Rocha, que presta homenagem aos laços humanos e à solidariedade.

A exposição ***Hand in Hand*** [De mãos dadas] apresenta uma série de ilustrações e curtas-metragens de Maria Reis Rocha (<https://www.mariareisrocha.com/>) sobre questões sociais prementes como a saúde mental, a participação e a transformação sociais, a educação de qualidade, o acesso universal aos cuidados de saúde, os

direitos das crianças e a luta contra a pobreza e o racismo.

Estes temas estão estreitamente ligados às prioridades da Presidência portuguesa (uma Europa resiliente, uma Europa social, uma Europa ecológica, uma Europa digital e uma Europa global), que se inicia em 1 de janeiro de 2021.

Devido à pandemia de COVID-19, a exposição será apresentada em linha – uma estreia na organização de eventos culturais – e estará acessível de 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021 em:

<https://www.eesc.europa.eu/en/agenda/our-events/events/hand-hand>. (ck)



CESE reúne jovens de toda a Europa para ouvir as suas ideias sobre a forma de sair da crise climática

A edição de 2021 do evento do CESE para os jovens «A tua Europa, a tua voz» simulará a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP), oferecendo aos estudantes a oportunidade de propor medidas que nos permitam lidar com a crise climática e aproximar do objetivo de alcançar a neutralidade climática em 2050.

Desde 2010, a iniciativa «A tua Europa, a tua voz» tem trazido, anualmente, mais de 100 jovens estudantes e de 30 professores de toda a Europa a Bruxelas para debater temas da atualidade. A edição de 2021 do evento, que se realizará em 18 e 19 de março de 2021 de forma

totalmente virtual devido à COVID-19, terá como tema **«O nosso clima, o nosso futuro!»**

Trinta e três escolas participarão neste debate entre jovens, uma de cada um dos 27 Estados-Membros da UE e dos cinco países candidatos (Macedónia do Norte, Sérvia, Turquia, Montenegro e Albânia), às quais se soma uma escola do Reino Unido, como prova tangível da vontade do CESE de se manter próximo da sociedade civil britânica.

O objetivo desta 12.^a edição do evento «A tua Europa, a tua voz» consiste em escutar os novos pontos de vista dos estudantes sobre a forma de fazer face à crise climática atual e de nos aproximarmos da ambição de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os resultados da edição de 2021 serão partilhados com os decisores políticos internacionais no domínio do ambiente e promovidos em conferências em toda a Europa, nomeadamente o Encontro Europeu da Juventude do Parlamento Europeu, que se realizará no final de maio de 2021.

Enquanto os alunos estiverem ocupados com a simulação da COP, os professores participarão em sessões de informação em linha organizadas em cooperação com as três principais instituições da UE (Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho da UE), com o objetivo de consolidar o seu conhecimento sobre o trabalho da UE e dos recursos que esta tem à disposição da juventude e da educação.

Paralelamente à iniciativa «A tua Europa, a tua voz», o CESE organizará uma campanha nas redes sociais ([Instagram](#) e [Facebook](#)) para sensibilizar os jovens para as alterações climáticas e incentivá-los a adotar um estilo de vida sustentável. (cl)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chloé Lahousse (cl)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
David Gippini Fournier (dgf)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)
Nicola Accardo (na)
Pablo Ribera Paya (prp)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knobloch (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

01/2021